

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI)

Suseli Cristiane Alves Camilo

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

suseli@utfpr.edu.br

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo apresentar os resultados de uma análise histórica do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O REUNI foi uma política pública educacional, implementada durante o governo Lula (2003-2010), que objetivou um processo de reestruturação para as universidades públicas federais entre os anos de 2008 a 2012. A análise da documentação demonstra que o objetivo do REUNI era induzir uma inovação nos currículos dos cursos de graduação oferecidos pelas universidades públicas federais. Como exemplo, a proposta de implantação dos Bacharelados Interdisciplinares. A importância da análise do REUNI se justifica segundo três aspectos: primeiro, o REUNI é uma etapa no contexto de reforma nas universidades federais brasileiras pensada desde meados dos anos 1980; segundo, todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram propostas de reestruturação; terceiro, o fato de o REUNI pretender uma indução da inovação curricular para as universidades, objetivando romper com a tradição brasileira de ensino superior associado com formação profissional. Metodologicamente, a pesquisa foi conduzida pela análise das narrativas de sentido em torno da reforma e presentes em documentos produzidos nacional e internacionalmente. A análise histórica do REUNI nos leva às seguintes problematizações: quais carências de orientação levaram à necessidade de repensar a experiência de formação profissional nas universidades públicas federais no Brasil? Como a experiência de formação profissional oferecida pela universidade foi interpretada na proposição da política pública? Qual a constituição histórica de sentido proposta pelo REUNI para a formação superior a ser oferecida nas universidades públicas federais? Com uma proposta de formação por grandes áreas, o programa pretendia evitar

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a profissionalização precoce e abrir possibilidades para que o ensino superior se pautasse na ideia de formar para ocupações e não para profissões. Nossa tese está baseada em duas certezas: a primeira é que o REUNI era uma proposta de reestruturação na arquitetura curricular das universidades públicas federais; a segunda, que o sucesso da política pública educacional depende de como o passado das instituições de educação superior foi interpretado no processo de pensar a intervenção no espaço público, pois a relação entre experiência e intenção é fundamental para a implementação de políticas públicas educacionais. Nesse sentido, o resultado das ações do REUNI foi consequência do embate entre a tradição de formação profissional dos cursos de graduação no Brasil e a reestruturação curricular baseada na formação a partir de grandes áreas de conhecimento, com a proposta dos Bacharelados Interdisciplinares.

Palavras-chave: Consciência histórica. Políticas públicas educacionais. Reforma nas universidades federais. REUNI.

Introdução

Com o presente texto apresentamos os resultados da nossa pesquisa referente à análise histórica do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O REUNI foi uma política pública educacional implementada durante o governo Lula (2003-2010), que objetivou um processo de reestruturação para as universidades públicas federais entre os anos de 2008 a 2012.

O governo Lula, com a proposta do REUNI, condicionou o repasse de verbas para as universidades públicas federais, entre os anos de 2008 a 2012, à apresentação de uma proposta de reestruturação capaz de atender as demandas da sociedade do século XXI. A proposta de reestruturação era firmada a partir de um Acordo de Metas entre a Universidade Federal e o MEC, e deveria contemplar propostas em seis dimensões previamente definidas pelo governo: i) ampliação da oferta de educação superior pública; ii) reestruturação acadêmico-curricular; iii) renovação pedagógica da educação superior; iv) suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação; v) compromisso social da instituição e vi) mobilidade intra e interinstitucional.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A análise de documentação primária e secundária demonstra que o objetivo central do REUNI era induzir uma inovação nos currículos dos cursos de graduação oferecidos pelas universidades públicas federais. Como exemplo, a proposta de implantação dos Bacharelados Interdisciplinares, objetivando a democratização do acesso à universidade e evitando a especialização precoce dos graduandos.

A importância da análise do REUNI se justifica segundo três aspectos: primeiro, o REUNI é uma etapa no contexto de reforma nas universidades federais brasileiras; pensada desde meados dos anos 1980, o debate em torno de uma reforma curricular nos cursos de graduação no Brasil está em discussão desde pelo menos os trabalhos da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior de 1985. Segundo, todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram propostas de reestruturação. O terceiro é o fato de o REUNI pretender uma indução da inovação curricular para as universidades, objetivando romper com a tradição brasileira de ensino superior associado com formação profissional a partir de currículos mínimos definidos pelas corporações profissionais. Com uma proposta de formação por grandes áreas, a partir dos Bacharelados Interdisciplinares, o programa pretendia evitar a profissionalização precoce e abrir possibilidades para que o ensino superior se pautasse na ideia de formar para ocupações e não para profissões.

O objetivo geral da nossa pesquisa é demonstrar como a Ciência da História pode contribuir com o processo de análise de políticas públicas; especificamente, objetivamos realizar a análise histórica de uma política pública educacional, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Por que pensar historicamente uma política pública educacional? Para Rüsen (2010a, p. 30), o “pensamento histórico é fundamental para os homens se haverem com suas próprias vidas, na medida em que a compreensão do presente e a projeção do futuro somente seriam possíveis com a recuperação do passado”. Dessa forma, o agir humano não ocorre sem pressupostos, cada ação presente se remete a ações anteriores e a rememoração desse processo visa contribuir com a interpretação da proposta do REUNI.

Para a compreensão do REUNI em uma perspectiva histórica, é preciso analisar os contextos nacional e internacional que conduziram mudanças e geraram uma urgência em repensar o conceito de universidade capaz de atender as demandas da sociedade do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

século XXI. Uma política pública de governo ou de estado é um processo de orientação para práticas futuras.

A análise histórica do REUNI como uma política pública educacional, uma proposta de intervenção no espaço público, nos leva às seguintes problematizações: quais carências de orientação levaram à necessidade de repensar a experiência de formação profissional nas universidades públicas federais no Brasil? Como a experiência de formação profissional oferecida pela universidade foi interpretada na proposição da política pública? Qual a constituição histórica de sentido proposta pelo REUNI para a formação superior a ser oferecida nas universidades públicas federais?

Nossa tese está baseada em duas certezas. A primeira é que o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) era uma proposta de reestruturação na arquitetura curricular das universidades públicas federais. A segunda é que o sucesso da política pública educacional depende de como o passado das instituições de educação superior foi interpretado no processo de pensar a intervenção no espaço público, a relação entre experiência e intenção é fundamental para a implementação de políticas públicas educacionais. Nesse sentido, o resultado das ações do REUNI foi consequência do embate entre a tradição de formação profissional dos cursos de graduação no Brasil e a reestruturação curricular baseada na formação a partir de grandes áreas de conhecimento, com a proposta dos Bacharelados Interdisciplinares.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)

A análise do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, 2007) a partir da Ciência da História de Rüsen (2010a, 2010b, 2010c, 2010d) permitiu-nos organizar a pesquisa de forma a investigarmos, em termos históricos, uma proposta de política pública educacional. Pensarmos historicamente o processo que gerou a necessidade de intervenção no espaço público. Compreendermos seu processo de elaboração, sua implementação nas instituições, e finalmente a possibilidade de, a partir da análise histórica, contribuirmos com a avaliação da proposta do REUNI.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A relação da teoria da história de Rüsen com o nosso objetivo de pesquisa, o REUNI, propiciou-nos conceituar política pública educacional, a partir da história, como uma proposta de intervenção no espaço público. Analisando a proposta do REUNI a partir da documentação primária e secundária, verificamos que a principal pretensão do programa era uma expansão da oferta de vagas públicas no ensino superior oferecido pelas universidades públicas federais a partir de uma proposta de indução da inovação curricular, os Bacharelados Interdisciplinares. O programa pretendia então uma mudança no processo de formação oferecido pelas universidades públicas federais. A teoria da história de Rüsen destaca que toda proposta de mudança demanda carências de orientação da sociedade. A relação entre o resultado de nossa análise documental, que apontou para uma proposta de nova arquitetura curricular para as universidades federais brasileiras, e os pressupostos da teoria da história de Rüsen, em que propostas de mudanças estão relacionadas com carências de orientação da sociedade, permitiu-nos elaborar a primeira problematização da pesquisa: quais carências de orientação levaram à necessidade de repensar a experiência de formação profissional nas universidades públicas federais no Brasil? As narrativas de sentido que propunham a reforma no processo de formação procuram desqualificar a formação oferecida atualmente nas universidades, pois não responde e não acompanha o desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade do conhecimento, a sociedade do século XXI, bem como a necessidade de democratização do ensino superior, entre outras carências.

É fundamental compreender a chamada Sociedade do Conhecimento e seus impactos do desenvolvimento científico e tecnológico no mundo contemporâneo e suas consequências na formação oferecida pelas instituições de ensino superior (IES). Atualmente, grande parte dos argumentos que buscam identificar uma mudança que justifique um repensar para uma orientação futura da formação de ensino superior destaca a aceleração dos desenvolvimentos científico e tecnológico e seus impactos na constante renovação das ocupações e das formações. O debate gira em torno da necessidade de as IES iniciarem um processo de reforma, sobretudo na formação por elas oferecida, para que sejam capazes de atender as demandas da sociedade contemporânea. Vivenciamos, conforme PiKetty (2014) uma fase de estagnação do capitalismo caracterizada pelo baixo crescimento da economia; nessas condições, a taxa de remuneração do capital ultrapassa

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a taxa de crescimento da produção e da renda e o capitalismo é capaz de gerar desigualdades sociais que questionam os ideais de meritocracia que estão no cerne das democracias modernas. Esses ideais estão associados à relação entre desenvolvimento científico e tecnológico e educação superior, à teoria do capital humano. Destaca-se a possibilidade de equilibrar a importância do capital e do trabalho no processo de produção e de minimizar as desigualdades sociais a partir das leis de mercado e da meritocracia. Diante desses aspectos, é possível compreender a importância dos debates em torno da reforma do ensino superior no contexto das sociedades contemporâneas. Procuramos, por outro lado, demonstrar, com base em Piketty (2014), que somente políticas públicas e instituições democráticas são capazes de controlar as desigualdades geradas pelo capitalismo. Investimentos em educação superior em longo prazo caracterizam-se como importantes forças de convergência no processo de desenvolvimento das sociedades contemporâneas, mas não são suficientes para a regulamentação do capitalismo.

Com base nas carências de orientação apontadas, são desencadeadas reuniões nacionais e internacionais, são selecionados grupos de especialistas e mobilizada a sociedade civil e o mercado para debater os rumos do ensino superior, e especificamente os rumos da universidade. As carências de orientação da vida prática relacionam-se com a ciência da história, “como resposta a uma questão, como solução de um problema, como satisfação (intelectual) de uma carência (de orientação)” (RÜSEN, 2010a, p. 30). É nesse sentido que surge o interesse cognitivo pelo passado, tendo em vista que as “experiências que podem ser interpretadas para se constituírem como orientadoras da práxis humana, da vida no tempo, são sempre experiências do passado” (RÜSEN, 2010a, p. 32). Os homens precisam olhar para o passado para irem em frente, propor um futuro, orientar o presente. A experiência do passado e a intenção do futuro precisam ser unificadas na orientação do tempo presente. A partir de documentação primária e secundária relacionada ao debate do futuro da universidade e a avaliação da experiência de formação superior por ela oferecida, elaboramos a segunda problematização da pesquisa: como a experiência de formação profissional oferecida pela universidade foi interpretada na proposição da política pública? Nesse sentido, verificamos como o passado de formação superior oferecido pelas instituições foi lembrado e a sua relação com as carências de orientação que foram apontadas como justificativa para o rompimento da continuidade

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

temporal, esse processo de análise nos trouxe uma compreensão mais aprofundada do processo de elaboração da política pública.

Ao verificar a historicidade dos debates relacionados à necessidade de reformar o processo de formação oferecido pelas instituições de ensino superior no país, especificamente no caso das universidades públicas federais, constatamos que o debate no Brasil começa desde os trabalhos da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior (BRASIL, 1985a) a Comissão que elaborou o documento *Uma nova política para a Educação Superior* (BRASIL, 1985b), abandonado pelo GERES (BRASIL, 1986), grupo executivo responsável por analisar as propostas da Comissão. O debate é adiado para a Assembleia Constituinte e, após pressão dos movimentos sociais organizados, temos a definição do conceito de universidade associado ao princípio de universalidade dos saberes e indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.

A LDB (BRASIL, 1996), por outro lado, regulamentou o processo de diversificação institucional e a ampliação do sistema. O debate sobre a necessidade de reforma no processo de formação oferecido pelas instituições de ensino superior segue em nível internacional, tendo como marco a Conferência Mundial sobre Educação Superior, que gerou o documento *Declaração Mundial sobre o Ensino Superior para o Século XXI – UNESCO* (1998). Nesse contexto, em 1999, teve destaque mundial o Processo de Bolonha (PEREIRA, 2011), uma proposta de unificação da oferta de educação superior na Europa, que passava por uma proposta de formação por ciclos. O Brasil e o mundo vinham debatendo essa questão há algum tempo, então, uma proposta como a do Processo de Bolonha, que pretendeu realizar uma reforma tendo por base os aspectos de inovação curricular, ganhou atenção mundial, e muitas vezes foi citada como inspiração para outras reformas em outras regiões do mundo, inclusive no Brasil.

A partir de 2003, temos novos movimentos, tanto em nível nacional como internacional, debatendo os aspectos de reforma do ensino superior e a centralidade dos aspectos de formação nesse contexto. No Brasil, tal movimento coincidiu com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) e do presidente Lula à presidência, desencadeando uma série de reuniões, debates e grupos de trabalhos para compor uma reforma no ensino superior no Brasil e, como demonstra o documento *Subsídios para a Reforma Universidade*, produzido pela Academia Brasileira de Ciências (ABC, 2004), uma

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

reforma com foco na formação superior oferecida sobretudo pelas universidades federais. A Academia Brasileira de Ciências trouxe novamente para o debate a proposta de formação por grandes áreas de conhecimento a partir dos Bacharelados Interdisciplinares. Essa proposta de reforma negava e criticava a tradição de ensino superior brasileiro, baseada na formação oferecida por faculdades isoladas e voltadas para a profissionalização a partir de currículos mínimos definidos pelas corporações profissionais.

A historicidade da tradição de formação por faculdades isoladas, focadas nos aspectos dos currículos mínimos definidos pelas corporações profissionais, bem como uma tradição de formação através do ensino e dissociada da pesquisa e da extensão são elementos de extrema relevância no processo de compreensão do REUNI (BRASIL, 2007). Desde os trabalhos da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior (BRASIL, 1985a) temos o debate em torno da efetiva reforma da universidade no Brasil, que passa pelas mudanças curriculares e pela maneira de oferecer formação em nível superior. Na sequência, o GERES (BRASIL, 1986), como grupo executivo, preferiu não se opor à intervenção das corporações profissionais no processo de formação em nível superior dentro de cada profissão.

Outro aspecto foi em relação ao conceito de universidade que, após os debates, ficou definido na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), como sendo indissociáveis o ensino, a pesquisa e a extensão no processo de formação da graduação. Os grupos interessados na autonomia universitária lutavam para que o conceito de universidade pudesse ser revisto no sentido da oferta da universalidade dos saberes, lutavam para ser possível uma universidade dedicada a áreas específicas do saber e não necessariamente tendo que investir em diversas áreas de formação. Muito debate foi travado em relação à pesquisa, pois o argumento era que a pesquisa associada ao ensino não fazia parte da tradição brasileira de formação em nível superior, então, que a legislação constitucional que prevê o ensino associado à pesquisa e à extensão era ‘letra morta’.

O REUNI procurou retomar os aspectos da reforma da universidade voltados para os elementos de mudança curriculares e no processo de formação; então, a partir da proposta de indução de mudanças curriculares, sobretudo a proposta dos Bacharelados Interdisciplinares, retomou a temática de formação por grandes áreas, que vinha sendo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

debatida no Brasil desde pelo menos os trabalhos da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior de 1985. Nesse contexto de globalização, é preciso considerar as influências de outros processos de reforma do ensino superior, como é o caso do Processo de Bolonha, na Europa, mas é necessário destacar a tradição brasileira de debate nessa direção.

O GERES, grupo executivo que tinha por função analisar as propostas da Comissão para Reformulação da Educação Superior, nos aspectos de formação, decidiu por continuar mantendo a tradição brasileira de ensino superior associado à formação profissional, até porque, conforme o documento (BRASIL, 1986), ou aceitava-se a definição do currículo mínimo pelas corporações profissionais ou os alunos seriam submetidos a outro tipo de formação ou avaliação para adentrar nos campos profissionais.

Nas reuniões nacionais e internacionais que se seguiram ao longo da década de 1990, os aspectos da necessidade de o ensino superior reformar o seu processo de formação para atender as demandas da sociedade contemporâneas são centrais nos debates; então, quando uma política pública de governo como o REUNI pretende induzir a reflexão de uma expansão e reestruturação das universidades federais a partir da formação oferecida por essas instituições, temos a tentativa de romper com uma narrativa de sentido tradicional bastante fortalecida no Brasil, que associa ensino superior com formação profissional e com currículos mínimos definidos por legislação a partir da influência das corporações profissionais. É possível afirmar, após a pesquisa documental e sua relação com os pressupostos teóricos de Rüsen, que a experiência de formação profissional oferecida no ensino superior no Brasil foi considerada incapaz de responder às mudanças ocorridas na Sociedade do Conhecimento, sendo preciso um processo de reestruturação dos currículos do ensino superior, uma reestruturação capaz de negar a tradição de formação profissional e propor algo novo, uma Universidade Nova.

Uma Universidade Nova para o Brasil foi proposta pelos reitores das universidades federais brasileiras e estava em consonância com os debates em torno da reestruturação curricular do ensino superior no Brasil e no mundo.

A análise da documentação primária e secundária sobre a Universidade Nova no Brasil e sua proposta de nova arquitetura curricular para as universidades públicas federais nos permitiu, em conjunto com os pressupostos da teoria da história de Rüsen,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

buscar respostas para a terceira problemática da pesquisa: qual a constituição histórica de sentido proposta pela Universidade Nova para a formação superior a ser oferecida nas universidades públicas federais? O debate em torno da experiência de formação profissional no ensino superior brasileiro caminhou na direção de criticar/negar a referida formação, mas por outro lado, sempre se admitiu que profissão no Brasil é legal, com suas diretrizes definidas e defendidas pela lei e pelas corporações profissionais. Negando a tradição de formação profissional, o objetivo da Universidade Nova era propor uma Nova Universidade, com uma arquitetura curricular capaz de atender as demandas da Sociedade do Conhecimento, do avanço do Conhecimento Científico e Tecnológico, as mudanças do Século XXI. A historicidade do processo de debates em torno da reforma universitária possibilita-nos destacar que mudanças no currículo de uma instituição geram alterações em todas as estruturas organizacionais em termos pedagógicos e administrativos, como prova o desenho da Universidade Federal do ABC. Em resumo, o objetivo da Universidade Nova proposta pelos reitores das universidades federais, era uma constituição crítica de sentido para a formação nas universidades públicas federais, negar a tradição de 200 anos de formação profissional.

Nossa pesquisa permite demonstrar que o governo tinha colocado na agenda política a reforma universitária, o documento *Subsídios para a Reforma da Educação Superior*, elaborado pela Academia Brasileira de Ciências (2004) a pedido do Ministério da Educação, demonstra o interesse em uma agenda de reforma curricular para as universidades. O documento elaborado pelos reitores das Universidades Federais sobre a Universidade Nova, confirma a intenção dos dirigentes por uma reforma curricular. Apesar do silêncio do PL 7200/2006 (BRASIL, 2006), Projeto de Lei da Reforma Universitária, em relação aos aspectos de formação no ensino superior brasileiro, o governo tentou induzir por decreto, a partir do REUNI, uma inovação curricular nos cursos de graduação das universidades públicas federais.

O caso da Universidade Federal do ABC, criada dentro dos parâmetros de renovação curricular propostos pelo REUNI, é um exemplo da dificuldade de se romper com a tradição de formação superior no Brasil. Foi possível verificar que, mesmo na UFABC, onde a entrada é por grandes áreas a partir dos Bacharelados Interdisciplinares e, em princípio, o objetivo era evitar a especialização precoce, temos que as disciplinas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

do Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T) estão amarradas com as Diretrizes Curriculares para as Engenharias no Brasil, definidas pela legislação, e caso o aluno tenha interesse em seguir carreira na área de engenharia, precisa cursar as disciplinas de Opção Limitada no BC&T, que são obrigatórias para todas as Engenharias. Nesse sentido, o objetivo de evitar a especialização precoce não é alcançado, tendo em vista que, já na etapa de formação por grandes áreas, o aluno precisa decidir o seu caminho nas engenharias, optando pelas disciplinas de Opção Limitada do BC&T, conforme informações disponíveis no Portal da UFABC.

O Ministério da Educação, a partir do REUNI, não deixou de atender projetos de reestruturação que fizeram propostas dentro da perspectiva de formação nas profissões. A expansão foi realizada dentro do modelo de universidade, ou seja, na perspectiva de universalidade de áreas para oferta dos cursos e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Na tentativa de ampliar a oferta de educação superior sem a reforma no processo de formação, as universidades realizaram propostas de cursos noturnos e educação à distância. Com o governo assumindo responsabilidades no processo de formação dos professores para a educação básica, muitas propostas foram na direção de oferecer cursos de licenciatura e, em um processo de interação entre graduação e pós-graduação na implementação de pesquisas voltadas para a melhoria da oferta de educação básica, inclusive com a abertura de mestrados e doutorados profissionais na área da educação.

O foco do Programa era a renovação curricular da formação oferecida em nível superior nas universidades federais, mas, como tantas propostas ao longo da história de reforma da educação superior no Brasil, esbarrou nos currículos mínimos propostos pelas corporações profissionais. Nesse sentido, a tradição é chamada a negar a necessidade de reforma e a legislação, que tanto define currículos mínimos para as profissões como constantemente aprova a criação de novas profissões, ganha força em relação às narrativas de sentido que negam a formação profissional.

O documento *Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e similares*, de 2010 (BRASIL, 2010), foi considerado em nossa pesquisa como o documento que encerra o processo de intervenção do governo na formação oferecida nos cursos de graduação das universidades públicas federais. O documento esclarece sua

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

filiação com o REUNI, destaca que os *Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares* não substituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação e enfatiza um prazo de 10 anos para a análise das propostas que estão em andamento nas universidades, para que se possa caminhar na direção de propor uma legislação para reestruturação curricular que inclua a proposta dos Bacharelados Interdisciplinares. O Ministério da Educação destaca, no documento, que os Bacharelados Interdisciplinares foram concebidos e implantados dentro do REUNI, que conta com mecanismos próprios de acompanhamento e avaliação no Ministério da Educação.

Em um primeiro momento, tivemos o REUNI, que tentou induzir a reforma curricular por decreto, condicionando, pelo menos em termos ideais, o repasse de verbas à reestruturação curricular das universidades públicas federais. Em um segundo momento, o processo é concluído com um documento que orienta as instituições interessadas em investir na proposta de Bacharelados Interdisciplinares e similares, contudo estabelecendo um prazo de 10 anos para a avaliação das propostas, para só então debater a possibilidade de serem inseridas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

Como destacamos em nossa pesquisa, a LDB e as Diretrizes Curriculares Nacionais já orientam a formação na graduação por grandes áreas de conhecimento, mas, por outro lado, temos as Diretrizes Curriculares para as diversas formações que definem currículos para a formação do aluno e, conseqüentemente, o exercício da profissão.

Considerações Finais:

Uma pesquisa conduzida a partir da Ciência da História não tem a pretensão de julgar a melhor forma de oferecer a formação superior no país, seja por grandes áreas de conhecimento ou por formação profissional. Nossa pesquisa procurou destacar que a consciência histórica faz parte da vida prática dos homens e que toda vez que carências de orientação de um determinado tempo histórico demandam a necessidade de repensar o presente, isso somente é possível com a elaboração da experiência histórica, do passado. Não é possível propor intenções futuras, propostas de intervenção no espaço público a partir de políticas públicas sem pensar no passado, somente nessa relação é possível propor orientações futuras. Como a experiência foi retomada nesse processo, vai

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

contribuir para o sucesso/fracasso das intenções da política pública. No caso brasileiro, com uma experiência de formação profissional de 200 anos, um país onde a profissão é legal, um país que vem debatendo a formação por grandes áreas nos cursos de graduação há 30 anos, com poucos avanços nessa direção, propor uma intervenção no espaço público por decreto, a partir de uma política pública governamental, voltada para a indução de uma inovação curricular nos cursos de graduação das universidades públicas federais estava fadada ao fracasso, como de fato fracassou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Referências Bibliográficas:

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS – ABC. **Subsídios para a Reforma da Educação Superior**. Rio de Janeiro, nov. 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/Uw5nOk>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Decreto nº 91.177, de 29 de março de 1985. Institui Comissão Nacional visando à reformulação da educação superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 abr. 1985a. Seção 1. p. 5651.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior. **Uma nova política para a Educação Superior**. Relatório Final. nov. 1985b. Disponível em: <<http://goo.gl/uLCFGQ>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior. **Relatório**. Brasília, DF, set. 1986. Disponível em: <<http://goo.gl/RIAcXW>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. p. 1 (Anexo). Disponível em: <<http://goo.gl/wUgZP>>. Acesso em: 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://goo.gl/hvB4b>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

BRASIL. Subchefia de Assuntos Parlamentares. **Projeto de Lei 7.200/2006**. Exposição de Motivos nº 15 (Urgência Constitucional) (Solicitada a retirada da Urgência Constitucional em 22/8/2006). Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

providências. Em tramitação. 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/FMQztJ>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SESu/MEC nº 383, de 12 de abril de 2010. Brasília, abr. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/ss0RMX>>. Acesso em: 23 set. 2016.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. O Processo de Bolonha e a formação do Espaço Europeu de Educação Superior – EEEs: 10 anos da Reforma Universitária Européia. PEREIRA, Elisabete M. A.; ALMEIDA, Maria de Lourdes P. (Org.). **Reforma universitária e a construção do Espaço Europeu de Educação Superior**: análise de uma década do Processo de Bolonha. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 17-37.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PORTAL DA UFABC. Cursos. Engenharia Ambiental e Urbana. Projeto Pedagógico das Engenharias. Versão 2013. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/28LVzv>>. Acesso em: 13 out. 2016.

PORTAL DA UFABC. **Sobre a UFABC**: textos de referência. Disponível em: <<http://goo.gl/PVD1x8>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

PORTAL DA UFABC. Curso de Engenharia Ambiental e Urbana. Matrizes Curriculares: Tutorial sobre a Integralização dos cursos específicos vinculados ao BC&T. Disponível em: <<http://goo.gl/dBcY1x>>. Acesso em: 13 out. 2016.

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. **Diretrizes gerais**. Documento preliminar Elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º parágrafo 2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Documento de Julho de 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/y6ZEWB>>. Acesso em: 23 set. 2016.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Tradução Estevão de Rezende Martins. 1ª reimp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010a.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**. Tradução Asta-Rose Alcaide. 1ª reimp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010b.

RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução Estevão de Rezende Martins. 1ª reimp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010c.

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: SCHMIDT, Maria

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010d.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre o Ensino Superior para o Século XXI: Visão e Ação** – 1998. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR – UNESCO, Paris, out. 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/6dZlga>>. Acesso em: 03 set. 2014.